



## MERCEDES BAPTISTA, DA DANÇA À IDENTIDADE: relato de experiência de implementação da lei 10.639 na Educação Infantil

Ananda da Luz Ferreira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência pedagógica de aplicação da lei 10.639/03, realizado em uma instituição de educação infantil da zona norte do município do Rio de Janeiro. Pautada na função que a Educação Infantil tem em formar hábitos e atitudes que contribuirão na consolidação da identidade dos diferentes sujeitos, percebe-se a necessidade de trazer para o currículo da Educação Infantil a história e cultura da África e Afro-Brasileira, para que as crianças se sintam representadas e compreendam a importância das heranças culturais trazidas pelos povos africanos. Para a concretização do projeto, que foi realizado com crianças que possuem entre 3 e 4 anos (maternal), foi utilizado diferentes linguagens artísticas como: literatura infanto-juvenil afro-brasileira, pinturas, vídeos de dança e fotografias. Corroborando que o lúdico que a educação infantil requer e a riqueza da cultura afro brasileira podem se complementar para que as identidades das crianças possam se solidificar. Trazer o debate etnicorracial para dentro de sala de aula, além de fazer com que a criança se reconheça e se sensibilize como parte dessa história, é contribuir para que o racismo diminua em nossa sociedade. Com isso podemos constatar que nada mais valioso do que utilizar-se expressões artísticas para que as crianças se encontrem e se reconheçam. Mostrar, de forma positiva a cultura africana e afro-brasileira e fazer com que os alunos de hoje encontrem de forma diferente o negro em nossa sociedade e compreenda que as heranças culturais fazem com que todo brasileiro, independente da cor da pele, é afrodescendente.

**Palavras-chaves:** Educação Infantil, Lei 10.639/03, Mercedes Baptista, Identidade.

### INTRODUÇÃO

*“Negam que aqui tem preto, negão  
Negam que aqui tem preconceito de cor  
Negam a negritude, essa negação  
Nega a atitude de um negro amor  
Mas pra todo canto aonde tem você, eu vou  
Com o canto do olho lançam setas de indagação  
Ainda não sabem, mas sabemos que opressão  
É a falta de pressa do opressor pedir perdão  
A quem não perdeu tempo e a muito tempo perdão  
Mas nunca esqueceu, não.”  
(Chico César, Negão)*

---

<sup>1</sup> Formada em pedagogia e Professora de Educação Infantil no EDI Lúcia Quitete, na rede municipal do Rio de Janeiro.  
E-mail: anandaluzananda@gmail.com



A Educação Infantil exige um olhar atento dos educadores, pois acolhe crianças de seis meses aos cinco anos e onze meses de vida e, de acordo com pesquisas na área, é nessa fase da vida que a criança constitui sua identidade, organiza-se e estrutura-se para os desenvolvimentos de suas competências e das habilidades que serão desenvolvidas ao longo da vida. Segundo Antunes (2011) “A Educação Infantil é tudo; o resto, quase nada” (p: 03).

Certificando-se do quão é importante a Educação Infantil, sendo esta a primeira etapa da Educação Básica, cabe-nos compreender que a identidade de um sujeito se dá na relação dialética entre o próprio e os grupos sociais que percorre ao longo de sua história. Podemos corroborar essa afirmação quando Lucena e Lima (2009) nos coloca que a identidade cria bases nas relações estabelecidas entres grupos: “Para que um grupo ou uma sociedade configure um determinado processo de autoafirmação faz-se necessário que exista um outro grupo ou sociedade” (p: 34-35). A identidade é constituída através da relação entre dois indivíduos ou mais, onde a subjetividade de um ser vai dialogar com o eus dos diversos seres.

Nobert Elias (1994), nos coloca que as sociedades e os indivíduos são indissociáveis, sendo a sociedade que nos leva a individualização. A identidade de um determinado ser humano faz parte do *habitus* social e a individualização se dá nessa relação do compartilhamento de experiências com outras pessoas que compõe os grupos sociais. Entendendo-se que *habitus* para o autor é a singularidade do indivíduo e sua relação de troca com a sociedade, sendo essa troca o que estrutura socialmente sua personalidade, ou seja, tudo que possa parecer de caráter individual em algum momento foi partilhado com outro membro da sociedade, constituindo assim sua identidade ao longo do tempo. Portanto, inverter a forma de como os espaços educativos apresentam as histórias dos africanos e afrodescendentes é oportunizar uma outra identidade para os que terão acesso a essas histórias e culturas, desconstruída de qualquer forma de preconceito étnico. Torna-se de grande importância a Educação Infantil, por ser o espaço em que a criança pequena dialoga com a esfera pública, onde a mesma se encontrará com diferentes culturas, subjetividades, formas de ver o mundo e agir sobre ele, o que torna essa estrutura privilegiada por promover a possibilidade de “que todos possam ser afetados de maneira que criem novas redes de solidariedade e pensamento.” (ABRAMOWICZ, 2013, p:12)

Devemos nos atentar à relação entre a escola e a contribuição da formação identitária dos diversos indivíduos que por elas passam, resgatando a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) que determina a escola como um espaço onde deve haver “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar



e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e saber”. Temos que colocar a escola como um espaço dialógico da diversidade de saberes que estão intrínsecos nas culturas brasileiras, provocando-nos a reflexão da necessidade de expandir para os currículos escolares o debate sobre a diversidade etnicorracial presente na história do Brasil, como nos é colocado nesse artigo 3º, parágrafo XII da LDB. Torna-se assim, para a Educação Infantil, necessário inserir as culturas africanas e afrodescendentes nos currículos para que, nesse primeiro momento de socializações de saberes, que contribuirá para a formação identitária, a criança negra possa se sentir representada de forma positivada, bem como sensibilizar as crianças brancas de que seus atributos culturais e físicos não são únicos e superiores (CEERT, 2012). Deve-se promover espaços em que todas as crianças tenham suas culturas valorada, indo de encontro com o que a nossa educação bancária faz mostrando o negro somente como escravizado e nunca como princesas e heróis, contribuindo para que todas crianças, sejam elas negras ou não, tenham vergonha do ser negro. Levar a diversidade etnicorracial para as escolas é garantir acesso a todos indivíduos para empoderar-se da sua história como nos instiga pensar Oliva quando nos traz a reflexão do porquê devemos estudar história da África: “não será possível combatermos as imprecisões e incapacidades de nossos olhares sobre os africanos e sobre nós mesmos” (2006, p. 190), O autor nos indica que devemos despertar olhares sensíveis para nossa ancestralidade, para isso temos que conhecer todos os aspectos que circundam nossas histórias.

A Lei 10.639/2003, que foi alterada pela Lei 11.645/2008 torna obrigatório, em todos os níveis de educação o ensino de história e cultura africana, afrodescendente e indígena. A lei é resultante de muita luta e articulação política dos movimentos sociais, em específico do movimento negro para suprir uma lacuna que a histórica deixou, ainda porque a escola, como já vimos ao nos remeter a LDB, deve ser um espaço de promoção de educação inclusiva e igualitária, ou seja, garantir o acesso a todos de forma acolhedora. A Lei 10.639/03 vem no intuito de reafirmar essa premissa e garantir os direitos negados às crianças negras na escola, buscando proteger as identidades afrodescendentes.

“Todavia, algumas pesquisas (SANTOS, 2005; CAVALLEIRO, 2005) evidenciam que as crianças negras são vítimas de preconceito racial dentro da Escola e indicam também que essas ideias afetam negativamente a construção da subjetividade, autoestima e podem ser prejudiciais ao processo de aprendizagem dos/as alunos/as.” (SILVIA e PETIT, 2012, p. 73)

Podemos nos certificar disso quando lançamos um olhar atento às estruturas das escolas,



principalmente às escolas de educação infantil, com bonecas brancas, murais com imagens de pessoas brancas e bibliotecas em que, majoritariamente, as literaturas trazem ilustrações de personagens brancos. Como uma criança se reconhecerá se o seu próprio espaço não o faz? Quantas bonecas, princesas e heróis que temos desejo de incorporar são negros? A lei 10.639 surge com esse propósito também: o de romper com o biotipo ideal branco que a criança é obrigada a acreditar e mostrar que existem belezas nas diversas etnias. Corroborando a importância da legislação e no intuito de romper com a educação bancária que estigmatiza o aluno e o oprime (FREIRE, 1987), proporcionar às crianças a possibilidade de um outro identificar-se dentro da sociedade, dando-lhes a voz e a percepção de suas culturas de forma positiva, indo de encontro com as restrições sociais que o entorno insiste em reafirmar, como nos coloca Canen: “As restrições sociais e de representações de que somos alvo dão um contorno de identidade ao grupo social” (2008, p. 88). As ações que são desenvolvidas nos espaços educativos são primordiais para uma grande transformação social e para a extinção do racismo.

## A AÇÃO

O presente trabalho relata a experiência desenvolvida no município do Rio de Janeiro no Espaço de Desenvolvimento Infantil Lúcia Quitete, na favela Borda do Mato, bairro Andaraí. O projeto foi desenvolvido em uma turma de maternal com crianças que possuem uma média de idade que varia entre três a quatro anos e um quantitativo de 17 alunos.

A favela Borda do Mato faz parte do Complexo do Andaraí, composto pelas comunidades: Nova Divineia, João Paulo II, Juscelino Kubitschek, Jamelão, Morro de Santo Agostinho, Borda do Mato, Arrelia e Rodou. É uma área de vulnerabilidade social, em decorrência da população local ser, por muito tempo, vítima da violência e ainda não tem acesso pleno as estruturas socioculturais. Hoje, a Borda do Mato, possui a primeira creche pública, EDI Lúcia Quitete inaugurada em agosto de 2013, três anos após a ocupação da UPP que ocorreu em 2010, quando o local passa a receber uma atenção maior e investimento público, fazendo-se o Estado presente.

O trabalho teve como principal objetivo promover o acesso a cultura e história afro-brasileira aos educandos, levando-os a se sensibilizarem para que pudessem se reconhecer como parte dessa história, a visibilidade de personalidades negras e principalmente o empoderamento da mulher negra, visto que o tema do projeto do ano na instituição era “Mulheres Cariocas: 450 anos



de história”. Outro aspecto observado no coletivo de estudantes era a desvalorização da estética negra, o alisamento de cabelos de crianças tão pequenas, bem como a identificação com personagens e personalidades não negras. Em uma reunião de responsáveis em que tratávamos sobre pediculoses uma mãe presente retrucou: “Minha filha tem cabelo tão ruim, tão duro, que nem piolho quer entrar”, falas como essas eram presentes no cotidiano refletindo na autoestima das crianças. O projeto veio com a função de mostrar belezas e forças no corpo negro, para que as crianças pudessem, ao olharem para si e para o outro que compartilha o espaço com alegrias e bonitezas (FREIRE, 1996).

O ponto de partida foi a história da Mercedes Baptista que era coreógrafa, bailarina, além de estudiosa e percursora da dança afro-brasileira, também foi a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Mercedes Baptista não era carioca da gema, mas nasceu em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro e construiu história nessa capital carioca. Diante disso se tornou personalidade importante a ser apresentada para as crianças. Depois de muito pesquisar e não encontrar um livro infantil sobre Mercedes Baptista a sua história foi contada para as crianças através de imagens retiradas da internet, assim construímos uma breve biografia da artista em forma de cartaz. Após as crianças conhecerem um pouco da história de Mercedes Baptista trouxemos a matemática para fazermos nossas bailarinas Mercedes. Cada criança ganhou uma bailarina e pintou-a, em seguida oferecemos vestidos para que cada criança encontrasse o que encaixasse exatamente em sua bailarina. Cada bailarina tinha um vestido em formato diferente exigindo que as crianças percebessem qual era o vestido do tamanho e formato exato para sua bailarina. Apesar da dificuldade foi divertido com um ajudando o outro. Em seguida as bailarinas viraram brinquedos e logo após um numeródromo, no qual as separamos e quantificamos até quatro, tendo assim, os conceitos matemáticos “trabalhados de forma intencional a partir das experiências e vivências do dia-a-dia das crianças e de suas brincadeiras” (SME-RJ, 2010).



Para aproximar as crianças mais ainda da história da Mercedes Baptista assistimos um vídeo que falava sobre a vida dela e descobrimos que além de ser a primeira bailarina negra do Teatro Municipal ainda foi uma pesquisadora da dança afro-brasileira, o que aguçou a curiosidade investigativa das crianças levando todo o coletivo a assistir diferentes vídeos apresentações sobre dança afro que fizeram com que as crianças observassem detalhes como os movimentos dos braços e pernas. Inspiradas no movimento de Mercedes Baptista conhecemos outra bailarina negra Josephine Baker através de um livro de literatura infantil - Josephine na era do Jazz – ancorando-nos na importância de trazer literaturas afro-brasileira vai de encontro com o caminho que nossa sociedade fez de eliminar qualquer forma de intelectualidade de base africana “realiza-se este apagamento das identidades afrodescendentes” (CANEN, 2008, p. 83). Convidamos as crianças para dançarem livremente com os pés e com as mãos, na medida que iam dançando arte ia brotando, a arte de dançar aliada às artes plásticas. Nas atividades de dançar com pés trabalhamos textura, matemática, equilíbrio e psicomotricidade ampla e fina. Cada criança recebeu um revestimento nos pés de plástico bolha como se fosse um sapato e sorteavam uma cor, identificava e depois seus pés eram revestidos com plástico bolha, pintados com a cor sorteada e ao som de música afro dançaram. Em outra atividade, só que usando os membros superiores, as crianças foram convidadas a pintarem com as mãos: cada criança recebeu uma cor de giz de cera para desenhar dançando ao ritmo de música afro-brasileira também. Nessa atividade trabalhamos o corpo e paralelamente trouxemos matemática e linguagem oral escrita, pois o traçado de cada criança foi identificado pela cor em uma legenda em que foi trabalhado a escrita do nome de cada um. Findamos o projeto Mercedes Baptista construindo o teatro municipal que foi seu palco por um bom tempo e brincamos. Nessa última atividade exploramos a psicomotricidade com dobraduras e usando diferentes técnicas de pintura e colagem para a construção do painel 3d, na qual também aguçamos a sensibilidade

artística observando fotos e pinturas do teatro Municipal e misturando cores para chegar mais próximo o possível da cor do teatro.





## CONCLUSÃO

O trabalho descrito acima foi um entre os diversos que, desde que me tornei docente da Educação Infantil, tenho desenvolvido. Todos projetos realizados tem o intuito de desconstruir o racismo no ambiente escolar, tanto dos educadores quanto das próprias crianças, e de massagear o brio dos alunos negros que tanto foram violentados ao longo da história, empoderando-os de suas riquezas e belezas. Trazer a Mercedes Baptista como personalidade negra é também mostrar a todos e todas que os espaços podem e devem ser ocupados por qualquer pessoa indiferente de sua etnia e cor da pele, contribuindo para desconstruir a condição de que não há mulheres negras na dança clássica ou em qualquer outro espaço de destaque. Com isso as crianças negras, ao certificarem que há personalidades negras e belezas na cultura afro-brasileira terá um empoderamento em sua autoestima e as crianças brancas se sensibilizarão que não são os únicos grupos a serem valorados na sociedade (CEERT, 2012). Assim, as atividades contribuirão e contribuem para que as crianças negras se libertem do caminho de opressão que a escola, que nada mais é reflexo da sociedade, vem lhes proporcionando. Freire (1987) coloca que a violência dos opressores desumaniza e os põem na vocação de ser menos, posicionando que o caminho de libertação do indivíduo vai partir do próprio e o que cabe aos educadores comprometidos com um processo educativo para transformação social é colaborar para que esse sujeito crie perspectivas para sair da condição de oprimido. Trazer para a prática cotidiana a aplicação da lei 10.639/03 é uma forma de ir ao encontro a essa pedagogia da opressão, é contribuir para que o indivíduo passe a ter contato com sua ancestralidade, onde as crianças vejam a boniteza e alegria de se encontrarem em todos os espaços e que os professores compreendam que a essência de suas práticas está na beleza de compreender que o saber está presente em todos e tudo que circundam o espaço educativo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. Prólogo. In: **ABRAMOWICZ**, Anete e **VANDENBROECK**, Michel (orgs). Educação Infantil e Diferença. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- ANTUNES, Celson. **Educação Infantil**: prioridade imprescindível. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Projeto e práticas pedagógicas na Educação Infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Lei nº. 10.639** de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**/ Lei n. 9394, de 20/12/1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- CANEN, Ana. A educação brasileira e o currículo a partir de um olhar multicultural: algumas tendências e perspectivas. BARROS, José Flávio Pessoa de e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (orgs). In: **Todas as Cores na Educação**: contribuições para uma reeducação das relações étno-raciais no ensino básico. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.
- CEERT. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial** [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997
- LUCENA, Francisco Carlos e LIMA, Jorge dos Santos. **Ser Negro**: Um Estudo de Caso Sobre “Identidade Negra”. Saberes, Natal – RN, vol.01, nº2, mai2009, p.33-51.
- MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD .



\_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais.**

Brasília:MEC/Secad, 2006.

MELGAÇO, Paulo Jr. **Mercedes Baptista**, a criação da identidade negra na dança. Rio de Janeiro, Fundação Cultural Palmares, 2007. In: <http://afro->

[latinos.palmares.gov.br/sites/000/2/publicacoes/mercedesbaptista.pdf](http://afro-latinos.palmares.gov.br/sites/000/2/publicacoes/mercedesbaptista.pdf)

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, UCAM, nº 1-2-3, ano 28, jan-dez2006.

SME-RJ. **Orientações curriculares para educação infantil**. Gerência de Educação Infantil, Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro: 2010.

SILVIA, Geranilde Costa e **PETIT**, Sandra Haydée. Literatiura Africana e Afrodescendente Junto a Crianças de Escolas Públicas: uma experiências de pesquisa. In: **BARRETO**, Maria Aparecida Santos Correa (org) **Africanidade(s) e Afrodescendência(s)**: perspectivas para a formação de professores. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

WINTER, Jonah. **Josephine**, na era do jazz. São Paulo: Martins Fontes, 2012.